

Sindicalismo vigiado: a espionagem do regime militar sobre a diretoria “Zé Ferrugem” do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco

Unionism monitored: the military regime’s spying about the group “Zé Ferrugem” of the Metalworkers Union of Pernambuco

Rafael Leite Ferreira

Doutorando em História – UFPE

Assessor da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara

rafaleferr@hotmail.com

Recebido em: 08/12/2013

Aprovado em: 21/11/2014

RESUMO: O artigo analisa a atuação do grupo “Zé Ferrugem”, primeira chapa opositora a assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, em seu primeiro mandato (1981-1984), com base nos documentos de monitoramento e espionagem produzidos e apreendidos pela comunidade de informações do regime militar e contidos no Prontuário Funcional nº 0045, pertencente ao acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Comunidade de informações, Regime militar brasileiro.

ABSTRACT: The article analyzes the performance of the group “Zé Ferrugem”, opposition first team to assume the management of the Metalworkers Union of Pernambuco, in its first term (1981-1984), using a documentation of espionage produced and confiscated by information community of the military regime and included to the record functional nº 0045, belonging to the archives of the extinct Office of Political and Social Order (DOPS) of Pernambuco.

KEYWORDS: Metalworkers Union of Pernambuco, Information community, Brazilian military regime.

Introdução

Tomando como base a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra durante as décadas de 1950 e 1960, os militares, após assumirem o poder através do golpe de 1º de abril de 1964, procuraram colocar em prática a lógica da “vigilância total e permanente” do país, sob o argumento de “defesa da segurança nacional”. De acordo com esta doutrina, qualquer cidadão poderia estar sob o poder do “inimigo comunista” e qualquer ação coletiva ou individual poderia esconder uma intenção “subversiva e revolucionária”. Permeava,

assim, na mentalidade militar, a lógica do “inimigo interno” ou dos “inocentes úteis” que eram manipulados por forças comunistas. Por isso, mercedores de serem controlados e vigiados ¹.

Embora na ótica dos militares todo e qualquer tipo de prática social poderia causar danos “à ordem pública e à segurança nacional”, algumas atividades, no entanto, foram vistas como altamente indesejáveis e, por isso, mercedoras de uma “dose” maior vigilância. Entre os inúmeros exemplos, podemos citar as entidades sindicais urbanas e rurais, as atividades da chamada Igreja progressista, as associações de bairro e as reuniões clandestinas estudantis e político-partidárias como as mais representativas.

Na medida em que, seguindo a Doutrina de Segurança Nacional, o item *informações* era tido como um elemento essencial no planejamento global da defesa interna e os “inimigos internos” eram percebidos como uma “ameaça indefinida, desconhecida, onipresente, subterrânea e silenciosa”, os militares estruturaram então a chamada “comunidade de informações” – expressão criada para designar o conjunto de pessoas e órgãos ligados à atividade de vigilância, monitoramento, espionagem durante a ditadura – a fim de identificar, neutralizar ou eliminar os locais, as pessoas, os grupos e instituições suspeitas de estarem ligados a “forças perigosas ou subversivas”. A comunidade de informações produziu, portanto, centenas de dados, dando total sustentação para as forças repressivas:

O papel das Informações de Segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna ².

Neste contexto, uma das primeiras medidas do regime militar em relação ao item *informações* foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), através da Lei nº 4.341, de 13 de julho de 1964. O SNI foi criado para ser um órgão de assessoramento diretamente subordinado à Presidência da República que deveria se ater a “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional”. Além dos órgãos de chefia (o próprio ministro-chefe, seu gabinete e uma Seção de Comunicações), o serviço contava com uma Secretaria Administrativa, uma Inspeção Geral de Finanças, uma Agência Central (ACE) e Agências Regionais (ARE).

¹ Para um maior conhecimento acerca da ideologia que permeou a “defesa da segurança nacional” durante o regime militar, ver: COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. Departamento de Estudos, 1976, p. 438.

Em 1967, o aparato de informações da ditadura foi reestruturado. E a primeira medida neste sentido foi a criação de órgãos de informações em todos os treze ministérios civis, as Divisões de Segurança e Informações (DSI), subordinados diretamente aos respectivos ministros, mas que permaneciam sob a superintendência e coordenação também do SNI. Vale ressaltar que nem todas as DSIs exerciam o mesmo papel no funcionamento do sistema: alguns eram claramente mais atuantes e importantes que outras. É o caso, por exemplo, da DSI do Ministério da Justiça.

No início dos anos 70, como uma forma de aperfeiçoar a vigilância e a espionagem, foi estimulada a criação de subdivisões das DSIs, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos Ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações, como Correios, Petrobras, Embratel, Itaipu, IBAMA, universidades federais e estaduais etc. Estas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). No caso das universidades brasileiras, por exemplo, foram instituídas centenas dessas assessorias, utilizando, inclusive, salas das Reitorias e quadros da própria instituição.

Os ministérios militares, por sua vez, também estruturaram órgãos específicos de elaboração de informações e contrainformações. No Exército, foi montado o Centro de Informações do Exército (CIE), através do Decreto nº 60.664, de 2 de Maio de 1967. Na Aeronáutica, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), através do Decreto nº 66.608, de 20 de Maio de 1970. E na Marinha, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Esta já dispunha, desde 1955, de um Serviço de Informações, mas o órgão sofreu mudanças e ampliação através do Decreto nº 68.447, de 30 de março de 1971. É pertinente destacar que, diferentemente das DSIs, os órgãos militares, além de produzirem informações, também realizavam “operações de segurança” – prisões e interrogatórios – sendo conhecidos inúmeros relatos de tortura a presos políticos durante essas sessões.

Dentro desta grande malha de espionagem e informações da ditadura, não se pode esquecer o DOPS, que, atuando como “polícia política”, desempenhou uma função preventiva e repressiva na história do Brasil. A polícia política brasileira foi criada nas primeiras décadas do século XX com a finalidade de entrever (monitorando) e coibir (reprimindo) reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem pública e a segurança nacional”. O DOPS foi, durante um longo período da história nacional, o principal organismo utilizado pelos governantes para perseguir e incriminar a dissidência política e outros comportamentos tidos como “indesejáveis”. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, apesar da alta complexificação da estrutura do DOPS, o órgão passou a exercer no regime militar um papel secundário no campo

da investigação. “[...] à medida que as estruturas autoritárias instituídas pelo regime militar se expandiram, com a criação de novos órgãos de informação e repressão (CIE, CISA e CENIMAR), os DOPS foram perdendo a primazia”³. No que se refere à questão da *inteligência militar*, conforme posto na Doutrina de Segurança Nacional, enquanto que o processamento e a elaboração das estratégias e “informações” estavam confiados aos órgãos centrais federais (SNI e os órgãos de inteligência militares), ao DOPS cabia apenas unificá-los de “informes”⁴.

Pela importância que a questão da “informação” adquire dentro da estrutura de uma ditadura, os “serviços de inteligência” se tornam um dos pilares básicos do governo. Por isso, são destinadas enormes somas de dinheiro, energias e pessoal para a concretização dessa atividade. O SNI, por exemplo, poderia contratar colaboradores fora dos quadros do serviço público, pagos com verba secreta, não implicando ônus para a folha de pagamento. As vantagens e a autonomia financeira eram garantidas através do direito que o SNI adquiriu de não tornar públicas informações básicas sobre sua organização, regras de funcionamento e quadro de pessoal. Nem o Congresso tinha acesso a essas informações, não cabendo nenhum controle externo a ele.

Como é sabido, em 1979, o presidente João Figueiredo iniciou uma reestruturação nos principais órgãos de *repressão tout court* da ditadura – o “redimensionamento do sistema” na própria expressão governamental –, diante da enorme pressão da sociedade civil a partir da divulgação de diversos casos de mortes e de torturas de presos políticos em sessões de tortura. No entanto, engana-se quem pensa que, com tal reestruturação, houve um descenso das atividades da comunidade de informações. Pela relevância que adquiriu para os militares, a atividade de vigilância, monitoramento e espionagem estiveram presentes em todo o percurso do regime, inclusive, em seus anos finais. O grande prestígio da comunidade de informações durante esta fase pode ser visto, por exemplo, no aumento numérico de funcionários do SNI durante a gestão do general Octávio Aguiar Medeiros (1978-1985), quando o órgão chegou a ter aproximadamente 2.500 funcionários (excluindo-se colaboradores espontâneos ou remunerados).

Outro indicativo desse enorme peso conferido à comunidade de informações é a grande quantidade de documentos de monitoramento e espionagem – fichas, informes, dossiês, fotografias, cartas pessoais desviadas, relatórios de investigadores, recortes de jornais e revistas etc. –, produzidos e/ou apreendidos pela polícia política, durante o governo Figueiredo, que podem ser encontrados hoje nos diversos “arquivos da repressão” espalhados pelo país.

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 62.

⁴ SECRETARIA de Estado de Segurança Pública. *Segurança Nacional e Subversão (Dicionário Teórico e Prático)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1977 (Reservado).

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que guarda desde 1990 o acervo do extinto DOPS de Pernambuco, pode-se encontrar, por exemplo, uma vasta documentação de investigação produzida pela comunidade de informações com o objetivo de monitorar locais, pessoas, instituições e grupos suspeitos de serem comunistas ou de atividades contrárias “à ordem, à segurança e à paz e social”. Entre os mais de 33 mil prontuários existentes nesse arquivo, que estão divididos em “individuais” (correspondentes à vida pública e privada de indivíduos específicos) e “funcionais” (correspondentes a instituições ou organizações) e que foram produzidos e/ou apreendidos pela polícia política entre os anos de 1929 a 1992, no presente artigo, debruçar-nos-emos à análise do Prontuário Funcional nº 0045, referente ao Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco ⁵.

Apesar de este artigo se limitar apenas a um prontuário (o de nº 0045), cabe resaltar que através desta documentação é possível compreender, em certa medida, o *modus operandi/faciendi* da polícia política pernambucana, desnudar, em parte, o funcionamento e a lógica da ditadura no que se refere aos serviços de vigilância, monitoramento e espionagem, bem como reconstruir parte da história do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco a partir do “olhar” do regime militar. Ou seja, através desse rico material, que foi produzido de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história, podemos visualizar a maneira como a polícia política de Pernambuco percebia e investigava a dinâmica, a luta, as ações e o crescimento do Sindicato dos Metalúrgicos durante os anos finais da ditadura. Neste sentido, corroboramos com Carlos Fico ao observar que: “As revelações a serem feitas sobre o período da ditadura concentram-se na descoberta de novas fontes, notadamente aquelas oriundas do governo e de caráter sigiloso” ⁶.

Espera-se, assim, que o presente artigo some-se ao trabalho anteriormente divulgado pelo pesquisador Rafael Leite sobre o movimento sindical urbano em Pernambuco, entre os anos de 1979 e 1984. Uma vez que a sua dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE no ano de 2012 ⁷, não utilizou os documentos provenientes do acervo do DOPS-PE, acreditamos que este artigo, ao trabalhar com uma fonte histórica sigilosa – “fonte sensível”, no dizer de Caroline Bauer e René Gertz ⁸ – ajude a entender o “olhar vigilante” do

⁵ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. *Prontuário Funcional nº 0045*.

⁶ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 173.

⁷ A dissertação desembocou no livro homônimo: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

⁸ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193.

regime militar sobre as atividades dos líderes metalúrgicos e a somar-se à pesquisa de Rafael Leite, onde o tema está desenvolvido, histórica e teoricamente, de modo mais denso.

Sobre o prontuário nº 0045

Antes de adentrarmos na análise desse prontuário é importante explicarmos algumas questões. Em primeiro lugar, cabe destacar que a pasta de documentos intitulada “Sindicato dos Metalúrgicos” que hoje se encontra no APEJE é mesma que fazia parte da “Divisão de Arquivo” do DOPS-PE durante o regime militar. Portanto, trata-se de uma documentação de rico valor histórico que foi produzida mediante trabalho meticuloso e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma.

Em segundo lugar, sobre as normas e o tipo de arquivamento, vale salientar que todos os documentos contidos nesta pasta foram tratados pelos agentes/espões a partir das normas de produção, difusão e arquivamento de documentos sigilosos da época. Estes documentos continham as devidas categorias de confidencialidade da ditadura (“ultra-secreto”, “secreto”, “confidencial” e “reservado”). Um exemplo disso é que todos os documentos estão carimbados em vermelho com as seguintes mensagens: “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art. 62 – Dec. nº 60.417/67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)” e/ou “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”.

O dossiê contém 130 documentos, compostos, grosso modo, por *informes*, *relatórios* de “campanas” (observação à distância) ou de investigadores infiltrados nas reuniões e assembleias da categoria e *interrogatórios* de presos. Como consta no próprio cabeçalho dos documentos, estes eram emitidos, em sua grande maioria, pelo Centro de Informações da Polícia Federal e difundidos entre o IV Exército, o II Comando Aéreo Regional, a Polícia Militar, a Segurança Pública de Pernambuco e o SNI. O dossiê revela, neste sentido, que além do monitoramento, havia também a troca de dados entre os órgãos de repressão e informações do regime militar.

A explicação para o fato de a maioria das investigações sobre o Sindicato dos Metalúrgicos terem sido conduzidas pela Polícia Federal pode ser dada através do já comentado desmantelamento e fechamento de parte significativa dos órgãos de repressão, ocorrido durante o governo Figueiredo. A este respeito, Ana Lagôa escreveu:

[No final dos anos 70], as atividades de investigação e repressão à subversão, desempenhadas pelos DOIs passam a ser responsabilidade da Polícia Federal que, variando de Estado para Estado, pode se integrar com o DOPS ou não. A máquina do DOI propriamente dita, incluindo material e efetivos, deve ser

absorvida pela própria Polícia Federal e pelas segundas seções dos Estados-Maiores dos grandes comandos de áreas ⁹.

Outra parte significativa do prontuário n° 0045 refere-se às fichas individuais (com dados profissionais, de qualificação e endereço) dos componentes da direção do sindicato. A presença dessas fichas deixa claro que o monitoramento da ditadura aos líderes sindicais metalúrgicos não ficou restrito ao espaço do sindicato ou das empresas, mas chegou também às suas casas, invadindo a sua vida particular, numa grande rede de vigilância e espionagem. Em todos os momentos, casa/trabalho/sindicato, as atividades desses metalúrgicos eram acompanhadas e as informações colhidas seguiam para os órgãos de inteligência da ditadura para manter sempre atualizados os dossiês das pessoas em questão. “[...] o sistema de informações, um recurso usado por governos democráticos para garantir a segurança do Estado, [na ditadura] tornou-se um serviço de espionagem, ao invadir a esfera privada da vida dos cidadãos” ¹⁰.

Um exemplo também dessa invasão da vida privada por parte do regime militar pode ser encontrado nesse mesmo prontuário, ao se observar a presença de “*Fichas de Registros de Empregados da Empresa Microlite do Nordeste S/A*” de todos aqueles operários que faziam parte do grupo “Zé Ferrugem”. A presença dessas fichas profissionais é um tanto quanto “curiosa”. Por que as fichas de Registros de Empregados da empresa Microlite estavam nos arquivos do DOPS? Quem as enviou ou as colocou lá? Com quais intenções? Por iniciativa própria ou a pedido de quem? Com qual finalidade? Esperamos que tais perguntas, que nos levam a pensar em um suposto envolvimento entre algumas empresas pernambucanas e a repressão política, possam ser esclarecidas futuramente por alguma Comissão da Verdade, nacional, estadual ou instituída pelos próprios trabalhadores.

O *informe* que transcrevemos abaixo – resultado de um monitoramento de um agente do Serviço de Informações do Departamento da Polícia Federal à casa do líder metalúrgico José Alves de Siqueira – revela bem esse *operandi/faciendi* invasivo da ditadura:

No dia 29.06.80, às 10:00hs houve uma reunião na casa do membro da oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, José Alves de Siqueira, localizada [...], contando com a presença de Pe. Bruno Claudius Bibolet, da Capela do Totó e Tejipió, Maria das Graças Farias de Oliveira, “Dra. Gal”, esposa de Cajá e mais quatro elementos desconhecidos. O nominado é conhecido como “Siqueira”, no setor de trabalho e “Zeca de Célia” no local onde reside. Outras reuniões têm acontecido contando com as mesmas pessoas além de outras estranhas à localidade; entre elas destaca-se Edival Nunes da Silva, o “Cajá”. Quando da greve dos metalúrgicos em São Paulo, Siqueira arrecadou dinheiro na vizinhança para o fundo de greve. Ultimamente, “Siqueira” vem criticando abertamente o Governo, taxando os Agentes de Segurança como “babacas do Governo”. É ele também que faz o policiamento

⁹ LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 98.

¹⁰ GOMES, P. C. *Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. RJ: Record, 2014, p. 15.

nas reuniões do PT, reuniões do seu Sindicato e reuniões da Capela do Totó, onde alicia operários que para ali se dirigem [...] ¹¹.

Em terceiro lugar, sobre o período em que foi produzida tal pasta, cabe destacar que, com exceção de três documentos, a maior parte do Prontuário Funcional nº 0045 diz respeito ao período de 1979-1984. A respeito deste recorte temporal, é pertinente ter-se em mente as considerações de Carlos Fico. Para ele, no final dos anos 1970, com a derrota das organizações clandestinas adeptas da luta armada e com a necessidade da ditadura legitimar a sua existência como força repressiva e de espionagem, foi indispensável, para os militares, encontrar, criar ou refazer novos inimigos, novas ameaças. Durante esse período, o caminho encontrado pelo regime foi acusar os integrantes dos movimentos sociais, pastorais, sindicais, de anistia, do MDB etc. de “comunistas”, “subversivos perigosos” e lançar mão de tópicos tradicionais de fundo ético-moral (a família fragilizada, os valores morais degenerados etc.) ¹².

O leitor pouco afeito com o processo de vigilância e monitoramento da ditadura sobre a oposição e os dissidentes políticos certamente irá se perguntar: em primeiro lugar, o porquê da existência de um prontuário específico sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco nos arquivos do DOPS; e, segundo lugar, o porquê da maioria dos documentos existentes neste prontuário terem como recorte temporal os anos de 1979 e 1984 (ou seja, os anos finais do regime que, em “teoria”, deveriam apresentar um decréscimo desta atividade).

Como se verá ao longo do texto, as respostas para essas duas indagações estão diretamente relacionadas à própria história da entidade sindical metalúrgica de Pernambuco. Já adiantando ao leitor: o monitoramento da vida dos líderes sindicais e a espionagem das atividades do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco se intensificaram enormemente a partir de 1979, mais precisamente, a partir de 1981, quando essa entidade sindical passou a assumir uma posição combativa, de confronto com o patronato e o governo, incitando e organizando sua categoria a entrar em greve.

O prontuário nº 0045: questões em aberto

Até o prezado momento, ainda não nos foi possível precisar a data em que a polícia política de Pernambuco criou em seu arquivo um prontuário específico sobre o Sindicato dos Metalúrgicos. Supomos que tenha sido em 1974, ano do documento de monitoramento mais antigo encontrado na pasta ¹³. Este documento é um relatório anônimo de um agente do DOPS infiltrado no VIII Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de

¹¹ Informe nº 414/80-SI/SR/DPF/PE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº 15.237.

¹² FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 218.

¹³ Informação nº 1341-B/74. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

Material Elétrico do Estado de São Paulo. O minucioso relatório do espião, que narra hora por hora os acontecimentos dos cinco dias de Congresso, não cita a participação de trabalhadores e/ou líderes sindicais de outros estados no evento, entretanto é provável que os tenham participado, pois, conforme atesta Iram Jácome Rodrigues, esta era uma dinâmica corrente entre as categorias ¹⁴. Sobre o relatório confidencial, certamente foi elaborado com o objetivo de monitorar o teor das discussões em tal congresso e para ser distribuído entre os órgãos de informação espalhados pelo país.

Os trabalhadores – que desde 1968 estavam impedidos de fazer greves e, por isso, tinham se atido ao trabalho silencioso no interior das empresas – viram nesse Congresso, realizado em plena vigência da ditadura, uma prova de ousadia. Impulsionados pelo contexto do período, isto é, o início da política de “abertura lenta, gradual e segura” do governo Geisel e do ressurgimento de diversos movimentos sociais no país, os metalúrgicos tiveram uma postura bastante combativa nesse congresso, defendendo a liberdade democrática e sindical, a expulsão das diretorias “situacionistas” e lançando algumas críticas às medidas recessivas da política econômica da ditadura. Pela repercussão que teve no período e pelo leque de temáticas “proibidas” que foram discutidas, tornam-se claros os motivos que levaram a ditadura a lançar agentes infiltrados nesse congresso.

Apesar dessa pequena contextualização sobre a elaboração desse documento de monitoramento, algumas dúvidas ainda podem estar presentes no leitor: Por que este é o documento mais antigo existente no prontuário do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco no Arquivo do DOPS-PE? Se a polícia política é algo existente no país desde o início do século XX, por que o primeiro documento do prontuário nº 0045 do Sindicato dos Metalúrgicos é datado de 1974? Por que somente em 1974 surgiu a primeira “informação” sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, tendo sido criado provavelmente nesse momento o prontuário desta entidade no Arquivo do DOPS-PE? Em outras palavras, por que o documento não foi elaborado entre os sombrios anos de 1964 a 1973, ou mesmo durante os anos anteriores ao golpe, por exemplo, durante o governo de Vargas ou de Dutra que tiveram a prática de vigiar e reprimir as ações dos sindicatos mais “combativos”?

Para responder tais indagações é fundamental traçarmos uma breve retrospectiva da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco a fim de que possamos entender os possíveis motivos que levaram o regime militar a produzir somente no ano de 1974 o primeiro documento de monitoramento constante no prontuário dessa entidade.

¹⁴ RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

O passado (“situacionista”) do Sindicato dos Metalúrgicos

O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco foi fundado em novembro de 1935, no centro da cidade do Recife. No entanto, devido às dificuldades burocráticas e de arremeter a categoria, a primeira diretoria da entidade somente tomou posse em 29 de agosto de 1937, dois meses antes da implantação do Estado Novo. Seguindo o exemplo das demais entidades sindicais da época, o Sindicato dos Metalúrgicos procurou dar total apoio às ações do presidente Vargas – e do interventor estadual Agamenon Magalhães. Nesse sentido, não incitou a categoria a deflagrar greves nesse período, mas sim investiu em atividades de lazer e assistenciais para os trabalhadores. Na verdade, à época, a organização dos metalúrgicos não representava nenhum “perigo” à ordem estabelecida. Além de estar umbilicalmente ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a entidade era composta por poucos associados, que quase não participavam da vida do sindicato.

Após a sua criação, foram se alternando diversas diretorias “situacionistas”, ligadas ao Estado e aos patrões, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos¹⁵. É importante destacar que, no tumultuado período de 1962 a 1964, houve uma forte organização dos metalúrgicos para expulsar os líderes situacionistas e assumir a entidade. Em maio de 1963, por exemplo, a categoria conseguiu deflagrar uma grande greve *à revelia* da direção sindical, com a utilização de piquetes no meio da cidade do Recife, que durou cerca de três dias. No entanto, toda a mobilização da categoria, que se mostrava crescente, foi interrompida com o golpe civil-militar de 1964.

Poucos dias após o golpe, os militares empossaram o fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Pedro Newton Carneiro da Cunha Melo, como interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Para os militares, as intervenções sindicais eram necessárias para “limpar” as entidades que estavam tomadas por dirigentes sindicais “subversivos”, visto como os principais causadores da instabilidade política do período pré-64.

De acordo com Leôncio M. Rodrigues, nos dois primeiros anos do novo regime, ocorreram 433 intervenções¹⁶. O maior número destas intervenções ocorreu na região Nordeste (42,32%), sendo seguido da região Sudeste (39,55%). Nestas duas regiões, os estados que apresentaram maior índice foram Pernambuco com 23,25% do total e São Paulo com 22,99%, respectivamente. As intervenções causaram um profundo esvaziamento nas entidades sindicais.

¹⁵ Embora fosse pertinente acompanhar o histórico do Sindicato dos Metalúrgicos mais detalhadamente durante esse longo período de direção situacionista à frente da entidade, certamente fugiríamos de nosso objetivo. Para tentar remediar, em parte, a limitação deste artigo, propomos a leitura do seguinte trabalho: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco...*

¹⁶ RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986, p. 551.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, por exemplo, que tinha alcançado a marca de 2.000 associados no período pré-golpe, caiu para 200 em 1965.

Em agosto de 1965, foi empossado como presidente da entidade o metalúrgico José Calixto, que tinha dirigido o sindicato entre os anos de 1962-1964. A segunda gestão de Calixto foi marcadamente assistencialista, burocrática e conciliatória com os patrões. Por muitos anos, a direção do sindicato conseguiu montar um forte esquema de vigilância, identificando os ativistas que ainda permaneciam atuantes e contendo quaisquer tipos de mobilizações que questionassem a política econômica da ditadura e a autoridade empresarial, neutralizando ou desencorajando ações a partir do local de trabalho.

Em meados de 1974, começou a surgir no interior das empresas metalúrgicas de Pernambuco segmentos de trabalhadores que compartilhavam de uma perspectiva mais “reivindicativa” – algo, inclusive, que, neste período, começava a apontar também em diversos outros sindicatos espalhados pelo país. As reuniões desses trabalhadores, ocorridas geralmente durante a hora do almoço, eram improvisadas, clandestinas e tinham como pauta principal a discussão dos problemas enfrentados pela categoria. Como destacou, por exemplo, o então metalúrgico João Paulo, atual deputado federal pelo PT-PE:

[...] a gente conversava um pouco sobre nossa realidade. Não só conversava, mas tentava buscar alternativas. Isso foi em 74, quando organizamos a Caixa de Ajuda Mútua. A partir daí, conseguimos criar uma biblioteca, compramos livros que falavam sobre o movimento operário e circulamos esses livros dentro da fábrica. Foi desse jeito que, pela primeira vez, conseguimos paralisar a empresa, por causa do arrocho salarial que todo mundo vivia¹⁷.

Entre 1974 e 1978, esses operários que despontavam com uma postura mais reivindicativa realizaram importantes ações nas empresas em que trabalhavam, buscando se aproximar e conquistar a confiança do restante da categoria. Um dessas iniciativas foi a criação do jornal “Zé Ferrugem”. A ideia principal deste tipo de comunicação era:

[...] levantar problemas e apresentar soluções à categoria da qual é veículo oficial. Com estrutura particular, a linguagem manifesta um discurso atravessado pelo viés institucional-formal e por diferenciações político-ideológicas significativas. Essas atravessam o discurso e interferem no processo de criação de uma identidade de natureza grupal (a categoria ocupacional, a classe trabalhadora) e de um sentimento de pertinência institucional, cuja representatividade se impõe como legal e legítima da classe, através da imagem do sindicato que é transmitida por sua imprensa¹⁸.

A forma encontrada para a distribuição do jornal “Zé Ferrugem” foi a clandestinidade. O jornal era distribuído inicialmente a alguns metalúrgicos estratégicos dentro da empresa que se

¹⁷ GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

¹⁸ ARAÚJO, S. M. P. *Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990*. 1991. 313 f. Tese (Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 218.

encarregavam em espalhar as notícias, de “boca em boca”, sem muito alarde para não chamar a atenção dos patrões ou da repressão. A este respeito, Luiz Momesso considerou:

Os boletins operários eram jogados nas portas das fábricas durante a madrugada, pendurados em arames, varal ou ganchos, colocados nos lugares por onde os operários passavam ao ir para o trabalho. Nos bairros operários, eram colocados embaixo das portas das casas durante a noite ou introduzidos nas fábricas pelos operários em pequenas quantidades, por dentro da roupa, do capacete ou na marmita. Nas portas de fábrica eram distribuídos nos momentos de pique da entrada dos operários, numa operação que envolvia algumas pessoas na distribuição e outras na segurança, não podendo demorar mais que dez minutos ¹⁹.

Outra importante forma de luta encontrada por esses trabalhadores foi a “pequena luta de resistência” no interior das empresas. Por exemplo: “Jogar dominó durante o trabalho ou simplesmente diminuir a cadência, demorar-se um pouco mais no banheiro ou lá colar um recorte de jornal que pudesse interessar a seus companheiros [...]” ²⁰.

Cabe destacar que essa estratégia de confronto trouxe consigo também uma série de represálias por parte do patronato. Além do risco constante de desemprego em função da militância desempenhada, houve, durante o período de 1974-1978, perseguições, suspensões, advertências, exploração, abusos, conforme relatou um metalúrgico: “[...] a questão do confronto direto com o patrão foi um negócio sério, a questão de puxar a arma, de ameaçar gente, de dar murro no birô, isso aí aconteceu com muitos empresários” ²¹. Estas atitudes da classe empresarial foram tomadas, é importante que se diga, com a conivência dos militares:

[...] a empresa queria que trabalhássemos no feriado. Discutimos a questão com um grupo de trabalhadores que já vinham se encontrando. Como a situação era ruim, o salário muito baixo, decidimos não ir trabalhar. Articulamos o pessoal e na firma não foi ninguém [...]. Depois o pessoal começou a reagir contra o expediente dobrado para quem trabalhava à noite. Uma vez eu e mais três companheiros deixamos as máquinas funcionando e dissemos que não poderíamos dobrar. Depois disso, fui chamado e eles me identificaram como uma pessoa que estava incentivando o pessoal e **ameaçaram de me entregar para o IV Exército** ²².

Como se pode perceber, entre 1974 e 1978, houve uma intensa movimentação no interior das empresas metalúrgicas de Pernambuco. Essa situação, portanto, faz cair por terra a conservadora ideia de que os trabalhadores urbanos dessa região foram indivíduos “passivos” e “amorfos” em relação ao governo e ao patronato, sem nenhuma participação/contribuição na

¹⁹ MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. *CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 26, 2008, p. 164-165.

²⁰ GARCIA, M. A. São Bernardo: A (auto)construção de um movimento operário. *Desvios*, n. 1, nov. 1982, p. 14.

²¹ GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

²² Depoimento de Raimundo Barreto citado por: MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. *Ação Católica Operária: fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil*. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, p. 228, grifo nosso.

redemocratização do país. Bastou-nos arrancar o véu para vermos o que estava escondido, esquecido pela historiografia oficial do período: mesmo em pleno regime autoritário, diversos metalúrgicos pernambucanos agiram, em diversas ocasiões, de maneira “silenciosa”, “clandestina” no interior das empresas e do próprio sindicato situacionista a fim de (re)organizar e mobilizar a categoria profissional.

No ano de 1978 – impulsionados pelo “espírito de luta do período” em que várias e importantes greves foram deflagradas no país e diversas chapas de oposição assumiram os sindicatos – a oposição metalúrgica pernambucana começou a sentir a necessidade de montar uma chapa de oposição para concorrer às eleições. Segundo o metalúrgico Marcos Pereira:

[...] formamos um grupo de companheiros que começou a se reunir na paróquia do Pina [bairro do Recife]. Aí, já tinha eu, João Paulo, Alfinete, companheiro Peixe, Jurandir, o Ênio, o Lula. A gente via que era necessário articular companheiros de outras empresas. Aí começou a se pensar: Fulano de tal, de tal empresa assim, e a gente criou um esquema de todo final de semana visitar um companheiro metalúrgico. Assim a gente ia se organizando para chegar no Sindicato ²³.

Assim, foi formada, em 1980, a chapa de oposição metalúrgica, denominada “Zé Ferrugem”. Apesar das inúmeras dificuldades, esta chapa conseguiu vencer as eleições de 1981, tornando-se a primeira diretoria não pelega na história do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, bem como a primeira chapa oposicionista a assumir uma entidade sindical no pós-64 nesse Estado. A importância real e simbólica dessa chapa pode ser vista, por exemplo, na colocação de José Arlindo Soares ao argumentar que, durante no final da ditadura, esta chapa foi a única em Pernambuco que, vinda da oposição, conseguiu “[...] se constituir numa força real capaz de se tornar a direção da categoria” ²⁴. Portanto, torna-se mais do que claro o motivo que levou a comunidade de informações da ditadura a montar um forte cerco de espionagem e de vigilância sobre as atividades dos integrantes da chapa “Zé Ferrugem”.

Na seção a seguir, analisaremos os documentos constantes no Prontuário Funcional nº 0045. Tal documentação será apresentada respeitando a ordem cronológica encontrada nessa pasta. Vale dizer que o APEJE, quando recebeu em 1990 todo o acervo do extinto DOPS-PE, optou por respeitar o arranjo e a formatação de arquivamento original. Assim, os documentos serão apresentados ao leitor seguindo a própria lógica de organização arquivística do DOPS-PE à época.

Metalúrgicos vigiados: o prontuário nº 0045

²³ GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

²⁴ SOARES, José Arlindo. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: *Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano*. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985, p. 189.

Conforme já salientamos, o primeiro documento de monitoramento constante no prontuário do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco é datado de 1974 (a “Informação nº 1341-B/74”). Coincidência ou não, este documento – e talvez o próprio prontuário – foi elaborado no mesmo período em que alguns trabalhadores metalúrgicos passaram a estabelecer “pequenas lutas” no interior das empresas e a direção do sindicato, então ligada aos militares e aos patrões, começou a sentir a formação de um crescente grupo oposicionista.

A pesquisadora Maria Alexandra Monteiro corrobora essa visão. Para ela, foi apenas em 1974 que a perspectiva “combativa” começou a tomar corpo e adquirir adeptos entre os metalúrgicos. A autora lembrou que a partir desse período se tornou prática comum a reunião dos trabalhadores às terças-feiras e no primeiro domingo de cada mês na sede da ACO (Ação Católica Operária) a fim de discutir e organizar propostas de melhorias para a categoria²⁵.

Posto tudo isso, a nossa resposta para a indagação formulada no início do texto – *Por que o documento de monitoramento mais antigo existente no prontuário do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco no Arquivo do DOPS-PE é datado de 1974?* – é a seguinte: somente a partir de 1974, quando começaram a vir à tona focos de trabalhadores combativos, isto é, contrários à política econômica do governo e aos patrões, é que a comunidade de informações da ditadura passou a se preocupar com as atividades, tidas como “subversivas”, desse grupo de trabalhadores.

Estava presente no imaginário dos militares, portanto, a ideia de que as práticas e os discursos dos metalúrgicos mais combativos poderiam “contaminar” o restante da categoria, que seria, no geral, formada por “trabalhadores pacíficos, de boa índole, ordeiros e construtivos”²⁶, e assim se tornar um perigo “à ordem, à segurança e à paz e social”. Em outras palavras: uma vez que, por uma década (1964-1974), o regime militar pôde contar, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, com sindicalistas situacionistas, ligados aos militares – que desempenharam os papéis básicos de vigilância, identificando os ativistas que procuravam permanecer atuantes, e de contenção a quaisquer ações oposicionistas ou reivindicativas da categoria –, não houve a necessidade de montagem de uma forte vigilância, um monitoramento dos órgãos de informações sobre essa entidade.

Entretanto, quando, a partir de 1974, especialmente pós-1978, começaram a surgir, de maneira cada vez mais crescente, os primeiros focos de oposição, de resistência naquela e em outras entidades sindicais espalhadas no país, de pronto a “comunidade de informações” da ditadura passou a exercer um minucioso e asfíxiante controle da vida do sindicatos e a se

²⁵ MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. *Ação Católica Operária...*

²⁶ Essa ideia foi sentenciada, por exemplo, pelo ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, em entrevista à revista *Veja*: O sindicato deve lutar em paz. *Veja*, São Paulo, n. 471, 14 set. 1977.

preocupar com as ações dessas entidades, deslocando agentes infiltrados para produzir informes e informações e vasculhar as atividades dos trabalhadores mais atuantes.

Para que o leitor compreenda o importante significado da vitória da chapa de oposição (“Zé Ferrugem”) no Sindicato dos Metalúrgicos em 1981 é pertinente apontarmos algumas considerações sobre o contexto político-sindical em que ocorreu essa eleição. Antes de tudo, cabe lembrar que, em 12 de maio de 1978, após uma década sem deflagração de greves no país, os operários da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo (SP), cruzaram os braços e entraram em greve. A partir desta greve surgiram diversas paralisações no setor metalúrgico-automobilístico do ABC paulista. Tais greves ocorreram ao mesmo tempo em que diversas lideranças “combativas” tomavam posse nos sindicatos – como foi o caso, por exemplo, da posse de Luiz Inácio da Silva (o Lula) no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Em Pernambuco, por conta da predominância dos dirigentes sindicais situacionistas, ligados ao Estado e ao patronato, não houve a deflagração de greves no ano de 1978:

[...] durante esse período todos os sindicatos urbanos de Pernambuco tinham à frente dirigentes conservadores e, assim, nenhum sindicato dessa região declarou apoio ao movimento grevista do centro-sul do país. O “apoio” e/ou a solidariedade ficou por conta de alguns trabalhadores mais “combativos”, como ocorreu, por exemplo, com alguns trabalhadores metalúrgicos ²⁷.

No ano de 1979, apesar de a ditadura ter lançado a tática de intervir diretamente nos sindicatos mais atuantes, as greves aumentaram de maneira considerável. Além das paralisações terem se espalhado para outras regiões e para outras categorias profissionais, houve um significativo acréscimo da média nacional de greves e do número de grevistas ²⁸.

Em Pernambuco, por exemplo, foram deflagradas diversas e importantes greves nesse ano. No entanto, é importante destacar que todas elas se deram *à revelia* da direção dos sindicatos. Ou seja, diferentemente do ABC paulista onde as lideranças sindicais tomaram à frente do movimento grevista, em Pernambuco, as greves se iniciaram *à revelia* dos dirigentes sindicais, a partir de um pequeno grupo de militantes que atuava por detrás das cortinas dos sindicatos, na surdina, isto é, agia nos “bastidores” das entidades. Um exemplo desse trabalho de “bastidor” ocorreu no próprio Sindicato dos Metalúrgicos, onde diversos ativistas desenvolveram, em 1979, um forte trabalho de mobilização no interior da categoria. Como destacou o metalúrgico José Alves de Siqueira, ex-dirigente dessa entidade:

²⁷ FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco...*, p. 164.

²⁸ Conforme dados de Maria Hermínia T. de Almeida, a média nacional de greves passou de 136 em 1978 para 224 em 1979 e o número de grevistas saltou de 581.150 mil em 1978 para 1.424.400 em 1979. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.161-189, 1981.

Mesmo antes da inscrição da chapa [em 1981], a gente já tinha veiculado material gráfico dentro da categoria. Fazia pronunciamento, nas assembleias, a gente ia lá e metia o pau em Zé Luís. Ou seja, já existia uma chapa, sem dizer que era chapa e já existia um corpo de pessoas que trabalhavam dentro da categoria como oposição, mas sem ser conhecido ²⁹.

O ano seguinte, isto é, o ano de 1980 foi bastante difícil pra o movimento grevista em todo o território brasileiro. As vitórias conquistadas pelos trabalhadores nos anos de 1978 e 1979 levaram os empresários e o regime militar logo no início de 1980 a reestruturarem os instrumentos capazes de conter o avanço do movimento grevista. Apesar de os metalúrgicos do ABC paulista terem deflagrado uma resistente greve nesse ano, que durou 41 dias (de 1º de abril a 11 de maio), nenhuma reivindicação desses trabalhadores foi atendida. Pelo contrário. Os metalúrgicos amargaram os seguintes prejuízos: a) inúmeros descontos nas folhas salariais e demissões em massa foram realizados; b) Lula foi deposto e junto a outros líderes em exercício foram processados pela Lei de Segurança Nacional; c) a vigilância, a intimidação (como, por exemplo, a distribuição de panfletos no interior do local de trabalho, ameaçando a quem aderisse a novas agitações e paralisações) e o policiamento interno nas empresas foram reforçados; d) o aparato estatal-repressivo aumentou de maneira considerável; e) diversas intervenções sindicais foram realizadas etc.

O refluxo do movimento grevista no ano de 1980 pôde ser visto, por exemplo, também em Pernambuco. Nesse Estado – diferentemente do ano anterior, que contou com a deflagração de importantes greves em diversas categorias profissionais – só houve a deflagração de uma greve: a dos professores da UFPE e UFRPE.

É pertinente salientar que nesse período, embora já tivesse uma corrente de trabalhadores “combativos” no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, a direção da entidade era notadamente situacionista, ligada ao governo e aos patrões. Uma matéria do *Jornal do Commercio* (JC) sobre as greves do ABC paulista, é reveladora nesse sentido. A proposta de tal matéria era descobrir a posição dos sindicatos urbanos (especialmente, o metalúrgico) de Pernambuco em relação ao movimento grevista paulista. De acordo com o jornal, teria sido criado no Recife um “Comitê de apoio” à greve dos metalúrgicos paulistas. Participaram desse comitê diversos trabalhadores, em sua grande maioria, “militantes de base” que atuavam (de maneira clandestina) no interior dos sindicatos e das fábricas a fim de arrecadar fundos para os grevistas paulistas. Entretanto, segundo o JC, com exceção desse pequeno comitê, formado por trabalhadores – que agiam de maneira clandestina e *à revelia* de suas entidades sindicais –, no geral, os dirigentes sindicais da área urbana de Pernambuco eram líderes contrários à greve dos

²⁹ Entrevista concedida ao autor no dia 04 de setembro de 2011.

metalúrgicos do ABC paulista. O depoimento de José Luiz de Melo, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco exemplifica bem essa questão:

A intervenção e as prisões não representam um retrocesso político porque viver democraticamente não significa desobedecer as leis vigentes, mas, lutar pelo fortalecimento dessa legislação. [...] estamos vivendo, sem dúvida alguma, uma plena democracia. [...] **O sindicato é um órgão de colaboração do Governo.** Somos obrigados a manter esse relacionamento desde que a contribuição sindical é imposta pelo governo em favor do sindicato e não se deve jogar pedra no teto que nos abriga ³⁰.

O apoio desse pequeno grupo de metalúrgicos pernambucanos à greve do ABC paulista teve uma conotação tão importante no período que, inclusive, levou a comunidade de informações da ditadura a vasculhar as atividades dos envolvidos. Um agente de investigação da Polícia Federal apreendeu, por exemplo, um panfleto desse grupo que estava sendo distribuído entre o restante da categoria profissional e o difundiu entre os demais órgãos de informações da região (DPF, IV Exército, ARE/SNI, CP/PE, II COMAR, CI/SSP/PE, PMPE). No Informe Confidencial nº 220/80, o espião relatou que considerava o “subversivo” panfleto “[...] como ostensiva apologia à greve do ABC e incentivo à radicalização dos metalúrgicos [...]” ³¹.

Essa avaliação do anônimo agente pode ser vista à luz das considerações de Carlos Fico ao afirmar, em primeiro lugar, que os relatórios eram produzidos, muitas vezes, de forma distorcida pelos agentes de informações, que analisavam os fatos e as pessoas segundo o seu ponto de vista preconceituoso, vago, estereotipado e favorável ao regime. E, em segundo lugar, pelo fato de que a preocupação com a força do “inimigo” revela-se sempre excessiva nos documentos produzidos pela comunidade de informações. Para Fico, os militares, ao enxergarem o perigo da subversão em praticamente tudo, emprestavam um tom grandiloquente e tecnicista à documentação, grande parte, incompatível com a real dimensão do fato ³².

O ano de 1980 caracterizou-se como um período em que os grupos da oposição visaram se fortalecer através de uma linha sindical própria e da sua constituição como uma força organizada em todo o país. Para atingir tais objetivos, as lideranças oposicionistas organizaram, local e nacionalmente, diversos encontros. Um dos mais conhecidos nesse período, por exemplo, foi o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que foi realizado em Nova Iguaçu, entre os dias 13 e 14 de setembro. Em Pernambuco, houve, por exemplo, em junho de 1980, uma importante reunião do setor oposicionista do Sindicato dos Metalúrgicos. Esta reunião foi monitorada por um agente infiltrado do Serviço de Informações

³⁰ Recifenses divergem sobre movimento dos metalúrgicos no ABC. *Jornal do Commercio*, Recife, 24 abr. 1980, p. 5, grifo nosso.

³¹ Informe nº 220/80-SI/DPF/PE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

³² FICO, Carlos. *Como eles agiam...*, p. 72.

do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco do qual o *Informe* confidencial resultante dessa espionagem transcrevemos a seguir:

Presentes cerca de 30 pessoas, teve lugar nesta Capital uma Assembléia de Metalúrgicos deste Estado. [...] a reunião, cuja finalidade foi a exposição de problemas que afetam a classe metalúrgica com mais urgência de solução. Os elaboradores da reunião não externaram opiniões, simplesmente escutaram e pediram aos demais presentes que dissessem o que pensavam sobre como resolver os problemas e de que modo iniciar a luta para solucioná-los. Mesmo quando instados a falar, faziam questão de nada dizer, apenas observando que o problema era de classe como um todo e que o conjunto deveria achar uma solução e não seguir as ideias deles. [...] Ao fim foi marcada nova reunião para 02.07.80, na mesma hora e mesmo local, devendo cada um dos presentes procurar trazer um companheiro ³³.

Se podemos perceber o ano de 1980 como um ano de significativas perdas para o sindicalismo brasileiro, o mesmo não pode ser dito em relação ao ano seguinte. O ano de 1981 representou um avanço para a luta dos trabalhadores urbanos em Pernambuco. Em 1981 ocorreu, além da retomada da ação grevista em algumas categorias, a vitória da primeira chapa de oposição sindical em Pernambuco no pós-64: a posse da chapa metalúrgica “Zé Ferrugem”.

“É vitória da oposição metalúrgica!”: a emblemática eleição de 1981

No final de março de 1981, foi publicado no Diário Oficial do Estado o edital de convocação para a montagem das chapas que desejassem concorrer às eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Nesta ocasião, foram lançadas as chapas “nº 1” (situacionista) encabeçada por José Maria Noblat Andrade e “nº 2” (oposicionista) intitulada “Zé Ferrugem”, com o torneiro-mecânico Marcos Pereira à frente.

Durante o período da campanha, dispondo de quase nenhum recurso financeiro, o grupo oposicionista recorreu ao “sindicalismo de porta de fábrica” a fim de intensificar o trabalho de divulgação e de aproximação com a categoria. Para tanto, adotou basicamente três estratégias. Em primeiro lugar, realizou uma intensa pesquisa nas fábricas para ouvir os anseios dos operários e sugestões de nomes para a composição da direção sindical. Nessa campanha, o “Zé Ferrugem” inaugurou uma importante prática sindical no período: “[...] a oposição partiu para realizar uma pesquisa nas fábricas permitindo aos trabalhadores a oportunidade de indicarem os companheiros mais representativos para dirigir a entidade da classe” ³⁴.

Em segundo lugar, a oposição metalúrgica se utilizou da distribuição clandestina de jornais, cartazes e panfletos dentro das fábricas para divulgar as suas principais propostas e tecer fortes críticas à direção da entidade – tais como denúncias pelo alto salário da diretoria, pelo

³³ Informe nº 247/80-SI/DPF/PE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

³⁴ SOARES, José Arlindo. *Os limites do novo...*, p. 191.

preço da mensalidade, pelos erros e imprecisões nas prestações de contas etc. Em seu depoimento, o ex-metalúrgico José Siqueira relembrou essa estratégia de comunicação:

A gente trabalhava muito com a peãozada na clandestinidade. A gente tinha um companheiro na Microlite. Tinha um companheiro, por exemplo, na Alcoa. [...] Ou seja, esse companheiro não botava a cabeça de fora. Muitas vezes em dia de serviço, tinha um material pra distribuir. A gente tinha que distribuir e aquele companheiro ficava de lado, recebia o papelzinho dele e entrava, olhava o panfleto, conversava com ou outro que tinha muita confiança, mas nunca colocava a cabeça de fora ³⁵.

De acordo com os depoimentos de operários da época, vários materiais de campanha foram interceptados por agentes infiltrados da ditadura. Destes materiais, dois panfletos podem ser encontrados dentro do Prontuário Funcional nº 0045.

A última – e talvez a mais importante – estratégia encontrada pelos opositoristas, durante esse período de campanha, foi a utilização da CIPA para divulgar as propostas do “Zé Ferrugem”. Uma vez que a CIPA garantia estabilidade para os que dela faziam parte, alguns trabalhadores se articularam no sentido de inserirem dentro da CIPA aqueles operários mais atuantes e visados pelos patrões.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a chapa “Zé Ferrugem”, se utilizando das pequenas brechas então existentes, venceu as eleições. Dos 4 mil filiados ao sindicato em “condições de voto”, 3.719 trabalhadores votaram assim: 1.571 na “chapa 1” (situação), 2.077 na “chapa 2” (oposição), 50 votos nulos e 21 em branco. Como se vê, o “Zé Ferrugem” venceu as eleições com uma boa margem de diferença, obtendo 506 votos a mais ³⁶.

Diferentemente das diretorias até então vigentes no meio sindical urbano de Pernambuco, o grupo “Zé Ferrugem” se tornou a primeira direção sindical no pós-64 a assumir uma postura “combativa”, “reivindicativa”, de “confronto” em relação ao patronato, a apoiar as greves deflagradas pela categoria, a se colocar contrária a uma atuação “pelega”, “burocrática” e “assistencialista”, e a enfrentar a política econômica da ditadura. Com a posse da diretoria “Zé Ferrugem”, as ações grevistas passaram a ser desenvolvidas, impulsionadas, organizadas e estruturadas também a partir da própria entidade, e não *à revelia* dela.

Se, até então, a luta dos trabalhadores urbanos em Pernambuco tinha ocorrido apenas *à revelia* da direção das entidades sindicais, a posse da chapa “Zé Ferrugem” e o seu consequente apoio à luta da categoria inaugurou, assim, uma “nova” forma de atuação sindical, ou seja, uma política de “confrontação” que se distanciou em muito da “estratégia de negociação” colocada em prática pelas diretorias anteriores.

³⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 04 de setembro de 2011.

³⁶ Oposição assume sindicato. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. A-10, 10 jul. 1981.

Adotando a linha do confronto, o “Zé Ferrugem” formulou o seu programa de lutas empregando os seguintes pontos: a) *em relação aos salários*: alteração da política salarial do governo; negociação direta com o patronato; convenções coletivas de trabalho que beneficiassem os trabalhadores; b) *em relação às condições de trabalho*: estabilidade (luta contra os elevados índices de rotatividade da mão-de-obra) e segurança do trabalho; c) *em relação à representação sindical dentro das empresas*: organizar as comissões de empresa; estabilidade dos membros participantes; d) *em relação ao sindicato*: sindicato livre e autônomo, sem interferência do Ministério do Trabalho; direito de greve; intensificação das campanhas de sindicalização; fim do “burocratismo” e do “assistencialismo”; criação de uma central sindical; e) *em relação às reivindicações de natureza política mais ampla*: fim da carestia; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; fim das leis de exceção; anistia geral e irrestrita; liberdade de organização político-partidária etc.

Em dezembro de 1981, foi realizada a primeira greve encabeçada pela diretoria “Zé Ferrugem”. Ainda que essa greve tenha sido localizada em apenas uma fábrica e durado menos de 24h foi de extrema importância para os metalúrgicos, pois se configurou como o primeiro movimento liderado pela entidade (algo, até então, inexistente no sindicalismo urbano de Pernambuco à época). Um ex-operário relembrou os acontecimentos dessa greve:

[...] fizemos uma reunião a noite na sub-sede do Sindicato, em Abreu e Lima, praticamente 70% dos trabalhadores da empresa compareceram. Eles estavam revoltados com os atrasos de salário e do 13º. No outro dia fomos a porta da fábrica com muito receio, porque naquele época da ditadura militar era a primeira fábrica que a gente parava aqui em Pernambuco. Nós saímos bem daquela paralisação, eu acho que ali foi o primeiro degrau da escada de todas as outras paralisações que se sucederam ³⁷.

Os trabalhadores urbanos de Pernambuco desencadearam duas grandes greves durante o ano de 1982. Uma no setor médico e outra no docente. No caso das greves metalúrgicas, cabe destacar que foram localizadas, pontuais, sem muito alarde (desencadeadas, na maioria das vezes, no interior das fábricas e, em algumas ocasiões, chegando-se às portas delas), com duração de menos de 24 horas, motivadas por questões salariais e todas elas impulsionadas, incentivadas e/ou apoiadas pela diretoria sindical “Zé Ferrugem” ³⁸.

Cabe salientar que não encontramos dentro do Prontuário Funcional nº 0045 nenhum documento produzido e/ou apreendido pela comunidade de informações sobre a atuação dessa entidade durante o ano de 1982. Embora seja improvável que os militares não tenham vigiado os membros do “Zé Ferrugem” nesse ano, o fato é que não há registros escritos nos arquivos do DOPS-PE, tampouco no Arquivo Nacional, a respeito desse provável monitoramento.

³⁷ GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

³⁸ Para não estendermos o presente artigo, não iremos nos ater a analisar minuciosamente as greves metalúrgicas do ano de 1982. Para um maior conhecimento, ler: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco...*

Sabendo-se que se trata de uma documentação elaborada em um regime ditatorial e que os documentos públicos não desaparecem por encanto, as respostas para esse “vazio documental” são várias e a mais provável é que os documentos tenham sido destruídos, em razão de caso fortuito, ou então por negligência culposa ou ato doloso. Estas hipóteses não são descabidas. Segundo Carlos Fico: “As especulações relativas ao regime militar não são infundadas. Ainda há muita resistência por parte de setores militares quanto a se dar publicidade a alguns acervos, especialmente aqueles dos centros de inteligência militar”³⁹.

Se no que se refere ao ano de 1982 não encontramos nenhum documento produzido pela ditadura sobre a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, situação diferente encontramos no que diz respeito ao ano de 1983, como se pode ver a seguir.

O primeiro aspecto a ser destacado em relação a esse ano é o fato de a sociedade brasileira, especialmente a classe mais pobre, ter lamentavelmente convivido, junto à falta de liberdade e à intensa repressão, com o agravamento dos problemas socioeconômicos e o aumento dos bolsões de miséria. A recessão, a carestia, o aumento da dívida externa, da inflação, do número de falências e concordatas, do custo de vida e do desemprego marcaram esse ano.

Em 1983, por exemplo, o PIB acusou o pior índice desde a instauração do regime militar. Milhares de desempregados vagando pelas ruas à procura de empregos e saques a lojas e supermercados tornaram-se cenas comuns durante todo esse ano. No caso específico de Pernambuco, o desemprego – o maior dos últimos dez anos – deixou de ser uma ameaça para se tornar a triste realidade de 250 mil trabalhadores. Ao longo de todo o ano, diversas notícias foram veiculadas na imprensa local relatando os altos índices de desemprego que atingiam os trabalhadores, especialmente o setor metalúrgico desta região.

Todas as dificuldades enfrentadas no curso de 1983 fizeram deste emblemático ano, um ano chave na capital pernambucana na luta contra a ditadura. O setor metalúrgico, *exempli gratia*, teve uma importante atuação. Em 1983, além de paralisações em diversas indústrias metalúrgicas, a diretoria “Zé Ferrugem” liderou duas grandes manifestações no centro do Recife que, inclusive, acarretaram um forte monitoramento por parte da comunidade de informações.

A primeira manifestação – denominada “passeata dos desempregados” – ocorreu no dia 18 de maio de 1983, no centro do Recife, sob a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos. O objetivo principal do protesto foi chamar a atenção da sociedade para a perversidade da política

³⁹ FICO, Carlos. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 73.

econômica da ditadura. O protesto, que congregou mais de 4 mil pessoas, contou com a participação de associações e sindicatos de classe, estudantes e políticos do PMDB.

Uma vez que, por determinação do então governador Roberto Magalhães (PDS-PE), os manifestantes ficaram proibidos de protestar nas ruas de Recife, estes ficaram restritos à Praça Maciel Pinheiro, fazendo uso do microfone e de diversas faixas e bandeiras para exortar os trabalhadores para a greve geral (21 de julho do mesmo ano), defender a criação da CUT e criticar o governo, especialmente em relação à falta de liberdades e o aumento do desemprego e do custo de vida.

A polícia política de Pernambuco acompanhou de perto o protesto do dia 18 de maio. Além do forte aparato policial ao redor de toda a praça – conforme descreveu um jornalista do *Diário de Pernambuco* que cobriu o evento: “[...] a cada esquina em que passava, [via-se] um grupo de soldados de Polícia Militar, armados e com cassetetes gigantes, dando a impressão de que se preparavam uma batalha contra inimigos dos mais perigosos”⁴⁰ – agentes dos órgãos de informações também se fizeram presentes no monitoramento da manifestação, conforme se vê no Informe confidencial elaborado pelo II COMAR e difundido para o CISA, RECISA, IV EX, CPPE, SNI, ARE 2ª, PMPE, SI, SR, DPF, PE CI, SSP-PE⁴¹.

Nesse Informe, o relato do agente descreve detalhadamente todas as ações dos manifestantes: 1) data, local, horário de início e término, objetivos, lideranças, apoio e patrocinadores do protesto; 2) descrição dos dizeres das bandeiras e faixas erguidas⁴²; 3) descrição dos slogans/*jlingues* cantados pelos participantes; 4) títulos dos livros impressos pela imprensa alternativa vendidos no local (a respeito de um dos títulos “*Tribuna da Luta Operária*”, o espião fez questão de acrescentar: “[...] órgão de fachada legal do PC do B”); 5) rol de indivíduos que discursaram na ocasião; 6) temáticas discursadas pelos oradores; 7) lista de participantes apoiadores reconhecidos (a exemplo de alguns políticos, artistas e membros de outros movimentos sociais etc.); e 8) Resumo da fala de encerramento de José Alves de Siqueira, tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos.

Outra grande manifestação em que os metalúrgicos estiveram presentes em 1983 foi o “Dia Nacional de Protestos”, realizado no dia 21 de julho. A manifestação foi deflagrada em

⁴⁰ Policiamento ostensivo frustra passeata. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. A-10, 19 mai. 1983.

⁴¹ Informe nº 328/A-2/II COMAR. Vaz. 126. 63, p. 114. Coordenação-Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (COREG).

⁴² O relatório do anônimo agente é tão minucioso que chega ao extremo de descrever, por exemplo, a cor e o comprimento de uma das bandeiras estendidas no evento. “RUMO A GREVE GERAL CONTRA OS PATRÕES E O GOVERNO. ALICERCES, O CAMINHO DA JUVENTUDE SOCIALISTA – esta em tecido vermelho com letras garrafais na cor branca e toda faixa medindo, aproximadamente 1,00m de altura por 3,00m de comprimento”, detalhou o agente em seu informe.

várias capitais do país. Em Pernambuco, o protesto foi liderado pelos metalúrgicos, com o apoio da comissão Pró-CUT. Cabe ressaltar que a manifestação se desenvolveu com a participação de trabalhadores de diferentes categorias profissionais, no entanto, apenas a diretoria “Zé Ferrugem” apoiou o protesto. As demais se colocaram em posição contrária.

Dias antes da deflagração do movimento, em um corajoso ato de ousadia, o Sindicato dos Metalúrgicos emitiu uma nota pública, solicitando apoio de todos os trabalhadores e da sociedade pernambucana às manifestações. Na nota, entre outros pontos, a diretoria “Zé Ferrugem” solicitou que durante o dia 21 de julho os trabalhadores não trabalhassem e nem se dirigissem ao local de trabalho; não fizessem compras; não mandassem os filhos para a escola; não usassem transportes; não se dirigissem às repartições públicas; fizessem compras com antecedência pagando as contas antes e retirando o seu dinheiro do banco ⁴³.

Na noite anterior à manifestação, o comandante do IV Exército, general Jorge Sá Freire de Pinho, declarou que diante dos fatos a polícia estava autorizada a não usar apenas as medidas de dispersão, mas poderia se utilizar dos cassetetes, prender e fazer o possível para “garantir a ordem”. “Quem fizer piquetes vai se dar mal”, relatou o comandante em entrevista ao JC ⁴⁴.

O medo da repressão da ditadura ficou patente em diversos relatos sobre esse movimento. Uma reportagem feita pelo JC evidenciou, por exemplo, que apesar de grande parte da população pernambucana não ter participado do ato do dia 21 de julho por causa do medo da repressão, significativa parte dela apoiou as manifestações, acompanhando o desenrolar dos fatos através dos meios de comunicação. Conforme apontou a dona de casa Lourdes Gomes:

[...] esses movimentos precisam ser realizados já que a situação está difícil para todos nós e só unido é que o povo pode mostrar aos governantes que não estamos satisfeito com as medidas que estão sendo tomadas. Pacotes em cima de pacotes e o povo apertando o cinto assim não pode ficar ⁴⁵.

Em outro ponto da matéria, questionada pelo jornalista sobre o porquê de não ter participado do protesto, a dona de casa enfaticamente respondeu: “Não posso porque **tenho medo** que alguma coisa venha a acontecer, com a intervenção da Polícia, e depois ficar presa ou apanhar. Então é melhor ficar em casa esperando os resultados” ⁴⁶.

O protesto acarretou a prisão arbitrária e truculenta de 34 pessoas, inclusive, com a prisão de toda diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. No Prontuário Funcional nº 0045, por exemplo, é possível encontrar o inquérito policial (com auto de apreensão, boletins individuais, depoimentos dos envolvidos e relatório do delegado) de sete dessas prisões. Estas aconteceram

⁴³ Presidente da FIEPE não acredita que haja greve. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 10, 20 jul. 1983.

⁴⁴ Ameaça de greve: garantindo o funcionamento das atividades. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 21 jul. 1983.

⁴⁵ Panelas e marmitas no protesto das mulheres. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 10, 22 jul. 1983.

⁴⁶ Ameaça de greve..., p. 10, grifo nosso.

na manhã do dia 21 de julho quando um grupo de aproximadamente 100 pessoas decidiu formar um piquete na frente da Microlite do Nordeste S/A. Ao lembrar tais acontecimentos, o metalúrgico Jorge César da diretoria “Zé Ferrugem” destacou:

Naquele momento, paramos 14 empresas, num total aproximado de 12 mil trabalhadores. A repressão foi muito grande, praticamente 70% da Diretoria do Sindicato que estava nos piquetes, foi presa, além de outros companheiros sindicalistas. Foram feitas 32 prisões. Nos levaram para o Dops [...]. Nas fábricas que paralisamos foram demitidos muitos companheiros ⁴⁷.

Usando o argumento de os manifestantes estarem utilizando-se de “faixas, serviço de som e distribuição de panfletos, obstaculizando a entrada dos operários para o trabalho normal, incitando-os à greve”, o então delegado do DOPS-PE, coronel Márcio Falcão Ferraz, decidiu instaurar inquérito policial e indiciar sete manifestantes, acusando-os de terem violado o art. 197 do Código Penal Brasileiro (“Atentado contra a liberdade de trabalho”) ⁴⁸. No que diz respeito a esse arbitrário inquérito policial, é flagrante nas conclusões do relatório do delegado seu tom pessoal preconceituoso, vago e estereotipado sobre o movimento.

Diante do exposto, evidencia-se a responsabilidade criminal dos indiciados. Os tópicos dos seus respectivos depoimentos às fls. Demonstram, à luz meridiana, que **não estavam no portão da fábrica distribuindo rosas e rogando que aumentassem a produtividade da empresa. Os depoimentos, em certos trechos, chegam a ser de uma inocência angelical.** [...] Assim, depreende-se que os sete nominados instigaram e forçaram à paralisação das atividades normais da indústria Microlite do Nordeste S/A, conclamando os operários a greve, enquadrando-se, portanto, dentro das penas capituladas no artigo 197, da Lei Substantiva Penal em juízo ⁴⁹.

É importante mencionar que, da mesma forma como ocorreu com esse relatório de indiciamento, inúmeros outros inquéritos policiais – utilizando-se da execrável prática da ditadura de criminalizar os “indesejáveis”, acusando-os de “perigosos para a sociedade” e enquadrando-os no amplo e impreciso conceito jurídico de “ordem e segurança pública” – foram instaurados em diversas delegacias do país atribuindo às práticas sociais divergentes (o chamado “crime político”) um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum.

Embora a chapa “Zé Ferrugem” tenha exercido seu mandato até agosto de 1984, o relatório de indiciamento feito pelo DOPS-PE em julho de 1983 é o último documento constante no Prontuário Funcional nº 0045 encontrado no APEJE. Ou seja, não há nenhum registro escrito de monitoramento e espionagem da comunidade de informações sobre as atividades dos líderes metalúrgicos entre o intervalo de julho de 1983 e agosto de 1984. Contudo, ainda que não

⁴⁷ GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. *Até chegar no Zé...*

⁴⁸ Ocorrência nº 05/83. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

⁴⁹ Relatório de indiciamento. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0045.

tenhamos encontrado registros escritos dessa atividade, tendemos a acreditar que a diretoria “Zé Ferrugem” foi vigiada não apenas no ano de 1984, mas também por muitos e muitos anos...

Considerações Finais

Ao analisarmos o Prontuário Funcional nº 0045, percebemos que a documentação produzida e apreendida pela comunidade de informações sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco não se tratava de uma simples papelada que abordava temas fragmentados e de forma excessiva. Esse tipo de material nos permitia entender, de certo modo, o *modus operandi/faciendi* de uma polícia política que criou uma série de documentos (informes, relatórios e informações) para vigiar, monitorar e espionar líderes metalúrgicos com o propósito de inculpá-los de perigosos “à ordem e à segurança pública”.

Engana-se quem pensa que os casos de monitoramento e espionagem às atividades sindicais ficaram para trás ou que são práticas isoladas e específicas de regimes autoritários. Só mudou o nome: de Serviço Nacional de Informações (SNI) para Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), mas as práticas continuam as mesmas. Apesar de a Constituição Federal (CF) de 1988 assegurar o princípio da liberdade associativa e sindical como garantia e direito fundamental individual e coletivo (art. 5º, XVII e art. 8º), recentes notícias divulgadas pela imprensa demonstram a existência ainda de um forte “Estado policalesco” no Brasil que busca restringir as liberdades e garantias fundamentais em nome da ordem e da segurança.

Em 2010, documentos confidenciais encontrados pela revista *Caros Amigos* no Arquivo Público de São Paulo revelaram que as Forças Armadas monitoraram manifestações, passeatas, assembleias sindicais, encontro de trabalhadores, a CUT, encontros de organizações de esquerda (PT, PCdoB, Convergência Socialista), movimentos sociais, ativistas estrangeiros, movimento estudantil etc. durante a década de 90. A reportagem de Lúcia Rodrigues revelou que o movimento estudantil da USP e da PUC-SP era monitorado, tendo, inclusive, um agente responsável em produzir relatórios semanais sobre as duas universidades descrevendo o que lia nos murais das faculdades. No caso, por exemplo, do movimento sindical, havia agentes específicos para produzir relatórios mensais “Panorama Mensal do Movimento Sindical”⁵⁰.

Em 29 de agosto de 2012, a revista *Istoé* noticiou a existência de uma rede de arapongagem, cobrindo o país, montada pelo Palácio do Planalto, para vigiar as atividades das principais lideranças da greve dos servidores federais daquele ano. A revista revelou que diversos

⁵⁰ RODRIGUES, L. Militares espionaram esquerda na década de 90. *Caros Amigos*, v. 14, n. 163, p. 18-22, out. 2010.

agentes da ABIN, do Serviço Reservado da Polícia Militar e do Exército estavam infiltrados em assembleias, reuniões de entidades sindicais e acampamentos dos grevistas ⁵¹.

Mais recentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou a existência de uma operação montada pela ABIN para monitorar a movimentação sindical nos portos do país, com ênfase no porto de Suape, em Pernambuco. A preocupação do Governo Federal dizia respeito à possibilidade de uma greve geral contra a Medida Provisória 595, conhecida como MP dos Portos, que alterou o marco regulatório da exploração dos portos no país ⁵².

Tais exemplos mostram claramente que, apesar de vivermos em uma democracia e sob a guarda da CF de 1988, considerada uma das mais avançadas do mundo, ainda hoje, os movimentos sociais e sindicais são monitorados, criminalizados, tratados como casos de polícia. Esse tipo de ação de espionagem, que só pode ocorrer com autorização judicial, revela uma arbitrariedade, uma flagrante ilegalidade e inconstitucionalidade. Os setores conservadores no Brasil demonizam as organizações de esquerda e os movimentos sociais e sindicais. Acusam-os de violentos, de baderneiros, de foras-da-lei. Pretendem com isso assustar a sociedade, ganhar o seu apoio, legitimar a repressão e restringir os direitos individuais e sociais (*exempli gratia*, o direito à privacidade) a pretexto de proteger a propriedade, a ordem, a segurança etc.

Este artigo, portanto, ao chamar a atenção para a combativa (e esquecida!) atividade desenvolvida pela chapa “Zé Ferrugem” em Pernambuco durante os anos finais da ditadura – assim como fizeram, por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao criar o “Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” e a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), ao criar uma relatoria específica sobre a repressão aos sindicatos – buscou levantar subsídios e contribuir para a necessária e urgente discussão sobre a repressão e espionagem governamental à classe trabalhadora brasileira, a fim de que efetivemos um Estado Democrático de Direito onde os direitos e garantias individuais e coletivas (liberdades democráticas de organização e manifestação) sejam, verdadeiramente, assegurados neste país.

⁵¹ Quem são os grevistas que desafiam o Brasil. *Istoé*, n. 2233, 29 ago 2012.

⁵² ABIN monitora movimento sindical no Porto de Suape. *O Estado de São Paulo*, 4 abr. 2013, Nacional, p. A6.